

HABEAS CORPUS Nº 528.195 - SP (2019/0246349-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GISELE DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADA : GISELE DE OLIVEIRA LIMA - SP084368
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TIAGO DE OLIVEIRA VILELLA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TIAGO DE OLIVEIRA VILELLA, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo de fls. 656-661.

O paciente foi condenado, pelo Tribunal do Júri, como incurso no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, à pena de 14 anos de reclusão, no regime prisional inicial fechado. Interposta apelação pela defesa, o recurso foi improvido.

Alega a impetrante, em síntese, que deve ser reconhecida a nulidade na quesitação e submetido o paciente a outro julgamento sem as qualificadoras de motivo fútil e surpresa, porquanto contrárias às provas dos autos.

Requer, liminarmente, a nulidade do julgamento pelo Tribunal do Júri com a concessão do direito de aguardar em liberdade até que seja julgado o mérito do presente *writ*. No mérito, requer a nulidade do julgamento pelo Tribunal do Júri, com a concessão do direito para que o paciente possa responder o processo em liberdade.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do pedido de reconhecimento de nulidade e pela prejudicialidade do pleito de concessão da liberdade provisória.

É o relatório.

DECIDO.

Sobre a alegação de que deve ser reconhecida a nulidade na quesitação e submetido o paciente a outro julgamento sem as qualificadoras de motivo fútil e surpresa, assim se pronunciou o Tribunal de origem (fls. 657-660):

Com efeito, a decisão do Tribunal do Júri, que, por ampla maioria, condenou o apelante pela prática de homicídio duplamente qualificado, na forma consumada, não afrontou a prova dos autos.

Ao contrário, acomoda-se inteiramente a ela.

A materialidade dos fatos está devidamente comprovada pelo laudo de exame de corpo de delito de fls. 39/42, ilustrado pelo esquema gráfico de fls. 43/44, que evidencia ter a vítima falecido em consequência de traumatismo crânio-encefálico, fratura de crânio, edema e hemorragia cerebral, em decorrência de ferimentos na cabeça e no abdômen, produzidos por

instrumentos perfuro-contundentes (projéteis de arma de fogo).

[...].

Com efeito, a testemunha ocular Maria de Lourdes Fretez, esposa da vítima Eduardo Souza Oliveira, narrou que teve uma discussão com seu marido quando estavam no bar palco dos acontecimentos, momento em que Eduardo lhe puxou o cabelo. Por tal motivo, este foi repreendido pela pessoa de Rosimar, vendedora de espetinhos, que estava na calçada e a tudo assistia. Eduardo, então, pediu a Rosimar para "não se intrometer na vida do casal". A testemunha asseverou ter saído e, do lado de fora do bar, ouviu disparos de arma de fogo, quando Eduardo caiu no chão, alvejado. A testemunha acresceu que o ofendido não estava armado (fls. 169).

Rosimar Silva Vilella, por seu turno, relatou que estava no bar assando espetinhos, quando presenciou um entrevero envolvendo o ofendido e sua companheira. Nesse instante, a testemunha ofereceu um copo d'água à companheira da vítima, pois ela estava chorando, instante em que Eduardo se aproximou e lhe empurrou. Rosimeire, irmã de Rosimar, viu e telefonou para o réu. Tiago, então, já armado, chegou ao local e foi "tirar satisfação" com a vítima, momento em que a esta atirou uma cerveja na testemunha Rosimar. Logo em seguida, ouviu disparos de arma de fogo, instante em que o réu saiu do bar (fls. 173/173-v).

E as palavras da testemunha supra foram corroboradas, em linhas gerais, pelos depoimentos das testemunhas Valter Santolíquido e Haroldo de Medeiros Giolli, policiais militares que atenderam à ocorrência. Eles acrescentaram que Tiago, assim que chegou ao local, rapidamente se dirigiu ao ofendido, já efetuando os disparos de arma de fogo, atingindo-o (fls. 55/56 e 172/172-v).

Daí restou provado ter o réu agido imbuído de animus necandi.

E o mesmo podendo-se dizer no tocante às qualificadoras acolhidas pelo Conselho de Sentença. De fato, pelas provas produzidas, restou provado ter o réu agido por motivo fútil, haja vista que tudo aconteceu simplesmente pelo fato de a vítima ter empurrado Rosimar, mãe do recorrente. Ele agiu, ainda, com recurso que dificultou a defesa do ofendido, uma vez ter chegado no bar, sorrateiramente e, de surpresa, sem dizer nada, efetuou os disparos, sem que Eduardo pudesse esboçar qualquer reação em sua defesa. Aliás, ele estava desarmado.

[...].

No caso dos autos, os jurados, longe de decidirem em franca oposição ao que mostrou a prova a propósito do envolvimento do apelante na cena criminosa, adotaram razoabilíssima decisão, acolhendo versão que tem valioso prestígio no conjunto probatório.

Da leitura do excerto acima transcrito, verifica-se que a Câmara Julgadora local, soberana na análise das provas dos autos, concluiu, fundamentadamente, que os jurados decidiram em conformidade com o conjunto probatório, destacando, em relação às qualificadoras - motivo fútil e surpresa, que, *pelas provas*

produzidas, restou provado ter o réu agido por motivo fútil, haja vista que tudo aconteceu simplesmente pelo fato de a vítima ter empurrado Rosimar, mãe do recorrente. Ele agiu, ainda, com recurso que dificultou a defesa do ofendido, uma vez ter chegado no bar, sorrateiramente e, de surpresa, sem dizer nada, efetuou os disparos, sem que Eduardo pudesse esboçar qualquer reação em sua defesa. Aliás, ele estava desarmado (fls. 659-660).

Dessarte, tem-se que a pretendida revisão do entendimento das instâncias ordinárias, de sorte a acolher o pleito defensivo de nulidade do processo, em razão de serem as qualificadoras de motivo fútil e de surpresa contrárias à prova dos autos, além de não encontrar respaldo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, demandaria necessariamente o revolvimento das provas dos autos, o que não se admite na via do estreito do *writ*. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. ART. 621, I, DO CPP. PLEITO ABSOLUTÓRIO. PRETENSÃO INVIÁVEL NO JUÍZO RESCISÓRIO. NECESSIDADE DE PATENTE CONTRARIEDADE ENTRE A CONDENAÇÃO E AS PROVAS DOS AUTOS. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR.

DOSIMETRIA. USO DE ALGEMAS NA SESSÃO PLENÁRIA DO JÚRI. DECISÃO FUNDAMENTADA. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA N. 11 DO STF. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. VALORAÇÃO DA QUALIFICADORA REMANESCENTE E DA CULPABILIDADE DO RÉU. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DECLINADA. PROPORCIONALIDADE.

FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. QUALIFICADORAS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DO VEREDITO POPULAR. EXISTÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO A EMBASAR O ÉDITO REPRESSIVO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. INSTITUTO DA REINCIDÊNCIA NÃO ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DO NE BIS IN IDEM E DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. ORDEM DENEGADA.

[...]

5. A ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não é uma operação aritmética, mas sim um exercício de discricionariedade vinculada, devendo o magistrado eleger a sanção que melhor servirá para a prevenção e a repressão do fato-crime praticado, exatamente como realizado na espécie.

6. Havendo mais de uma qualificadora do delito, é possível que uma delas seja utilizada como tal e as demais sejam consideradas circunstâncias desfavoráveis, seja para agravar a pena na segunda etapa da dosimetria, seja para elevar a pena-base na primeira fase do cálculo.

7. Na presente hipótese, ao exasperar a reprimenda-base, utilizando como fundamento o deslocamento de uma das qualificadoras, a Corte recorrida alinhou-se à jurisprudência deste Sodalício, inexistindo violação da lei federal na espécie.

8. Tendo a Corte de origem reconhecido, motivadamente, que a decisão proferida pelo Tribunal do Júri não se mostrou manifestamente contrária à prova dos autos, não é dado ao STJ aferir se a decisão possui ou não amparo probatório no processo. Referida providência demandaria minucioso cotejo fático-probatório, o que é vedado na via estreita do writ.
[...]

10. Ordem denegada. (HC 406.484/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019)

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A REVISÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. NULIDADE NO RECONHECIMENTO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO EM PLENÁRIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MOTIVO FÚTIL. DISCUSSÃO ANTERIOR. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SOBERANIA DOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.
[...]

4. Decisão manifestamente contrária às provas dos autos, é aquela que não encontra amparo nas provas produzidas, destoando, desse modo, inquestionavelmente, de todo o acervo probatório.

5. O recurso de apelação interposto pelo art. 593, inciso III, alínea "d", do CPP, não autoriza a Corte de Justiça a promover a anulação do julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, simplesmente por discordar do juízo de valor resultado da interpretação das provas.

6. Havendo duas versões a respeito do fato, ambas amparadas pelo conjunto probatório produzido nos autos, deve ser preservada a decisão dos jurados, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, que, no caso, decidiu pela condenação do réu.

7. Inviável a exclusão da qualificadora do motivo fútil quando haja elementos probatórios a respaldar o seu reconhecimento pelo Conselho de Sentença.

8. A existência de discussão anterior, por si só, não é suficiente para afastar tal qualificadora.

9. Inviável alterar as conclusões do acórdão impugnado no sentido de que não houve o motivo fútil para a prática do delito, pois, para tanto, seria imprescindível a incursão no conjunto fático-probatório e nos elementos

de convicção dos autos, o que não é possível na via estreita do writ.

10. Habeas corpus não conhecido. (HC 356.851/RO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 28/11/2016)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. INADMISSIBILIDADE DE WRIT SUBSTITUTIVO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PRETENDIDA EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. INEVIDENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INVIABILIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO.

1. O remédio constitucional tem suas hipóteses de cabimento restritas e não deve ser utilizado a fim de provocar a discussão de temas afetos a apelação criminal, a recurso especial, a agravo em execução, tampouco deve vir como sucedâneo de revisão criminal.

2. A ilegalidade passível de justificar a impetração do habeas corpus deve ser manifesta, de constatação evidente, restringindo-se a questões de direito que não demandem incursão no acervo probatório constante de ação penal.

3. Se a qualificadora não se revela totalmente inadmissível e tem substrato probatório mínimo para que o Conselho de Sentença possa dela conhecer e sobre ela deliberar, não há falar em manifesto constrangimento ilegal a ser reparado, tanto mais se, para concluir de outra maneira, seria imprescindível o revolvimento de fatos e de provas dos autos, procedimento que não se coaduna com a vila eleita.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 306.993/AL, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 04/08/2015)

Portanto, inexistente qualquer constrangimento ilegal a ser sanado, restando prejudicado o pedido de concessão de liberdade provisória ao paciente, em razão da notícia de que a condenação transitou em julgado (fl. 650), o que enseja a execução definitiva da pena.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator